

DOS DIZERES DIVERSOS EM TORNO DO FAZER

Kanavillil Rajagopalan (Universidade Estadual de Campinas)

ABSTRACT: This review article applauds the long-awaited publication of a Portuguese translation of J.L.Austin's celebrated masterpiece How to Do Things with Words. Random comments are made on the multifarious problems that beset the task undertaken (and in this case, meticulously executed), with special emphasis on the terminological snares everywhere and the exasperatingly frequent moments of joviality and banter with which the English philosopher is wont to mark his rambling discussion of age-old philosophical issues. A sizeable part of the ensuing discussion is devoted to an examination of how differently Austin's insights have been taken up and further developed by authors as varied as Searle, Derrida, Lyotard and Habermas, among others.

Finalmente, chega às estantes das principais livrarias do ramo, a edição brasileira do consagrado clássico da assim-chamada Filosofia da Linguagem Ordinária, *How to Do Things with Words*, da autoria do falecido filósofo inglês John Langshaw Austin. Como diz o ditado, antes tarde do que nunca; pois, a publicação desta obra-prima vem suprir uma demanda reprimida há um bom tempo nos meios acadêmicos aqui no Brasil. A ocasião pede brinde, como também nos fornece uma excelente oportunidade de promover reflexão detida acerca das principais idéias desse grande filósofo, sobretudo no que diz respeito aos desdobramentos desses pensamentos ao longo de todos esses anos (exatas três décadas após a sua morte) e a sua relevância quanto aos anseios fi-

losóficos dos dias de hoje. As ponderações a seguir objetivam contribuir para este fim, na esperança de que algumas delas sirvam de dicas (ou iscas?) para os principiantes e as outras de contrapontos, isto é, de um lado, como advertência para esses mesmos principiantes que queiram se aventurar na areia movediça que se chama de Filosofia da Linguagem, e de outro lado, incitem questões polêmicas, ou seja, lançadas propositadamente com o intuito de estimular debate, tendo em vista, é claro, aqueles que já vêm trabalhando na área e consequentemente têm a respeito opiniões mais ou menos bem formadas e articuladas ¹.

Antes, porém, uma apresentação um pouco mais detalhada da edição brasileira. Publicada pela Editora Artes Médicas Sul Ltda. (Porto Alegre, R.S.; 1990), a tradução para a língua portuguesa tem como título *Quando Dizer é Fazer: Palavras e Ação* (comentarei, mais tarde, sobre a escolha deste título). A tradução foi meticolosamente executada por Danilo Marcondes de Souza Filho, especialista reconhecido pela comunidade acadêmica, cujo rico currículo por si só recomenda o empreendimento como altamente confiável e de boa qualidade. O livro traz ainda uma apresentação do tradutor, uma bibliografia completa dos trabalhos de Austin, uma bibliografia reduzida porém representativa das principais obras sobre a Teoria dos Atos de Fala, e uma nota biográfica sobre o filósofo inglês. A exemplo da tradução francesa de Gilles Lane, tem-se ainda uma série de notas de rodapé, indicadas com asteriscos, que orientam o leitor em relação a alguns pontos obscuros, notas estas que na verdade não fazem parte do texto original de Austin, preparado após a morte do filósofo por J.O.Urmson (1a. edição, 1962) e por Marina Sbisà e J.O.Urmson (2a. edição, 1975).

Ainda sobre a confecção e a apresentação da edição brasileira: o anúncio chamativo que consta da "ore

lha" do livro peca, é preciso que se diga, por uma omissão gritante e, por que não dizer, no mínimo intrigante, quando promete "interessar e implicar várias disciplinas que têm em comum o trabalho na/da/com a linguagem - lógica, Filosofia e Psicanálise, entre outras". Talvez caiba aqui a observação de que só se deve usar "entre outras" ou "etcetera" após verificar que já foram enfileirados os elementos mais destacados e evidentes do conjunto em questão. O ato falho no caso não deve ser atribuído ao tradutor pois, este sim, registra com todas as palavras a relevância da obra para "todos os domínios da filosofia bem como de áreas afins, como a lingüística, a psicologia, a antropologia etc." (p. 14) (ênfase acrescida). Todavia, o leitor assíduo que se detiver no sentido da declaração confiante e categórica, esta vez na contra-capa do livro, que diz "considerado uma das grandes obras do nosso tempo Quando Dizer é Fazer vai trazer um enriquecimento ímpar na tentativa de dar conta dos efeitos do discurso psicanalítico no âmbito da cultura", só se livrará do estado de espanto se se der conta de que, por alguma razão qualquer, difícil de se precisar, porém muito provavelmente de ordem editorial ou mercadológica, a obra de Austin teve de ser inserida na "Série Discurso Psicanalítico" da Editora.

Nada disso, no entanto, desmerece a iniciativa da editora e, muito menos, o esforço tradutório de Souza Filho. Traduzir Austin é tarefa quase enlouquecedora, pois o tradutor depara a cada minuto com "dificuldades básicas, raramente encontradas ao mesmo tempo em um mesmo texto" nas próprias palavras de quem teve a experiência em primeira mão. Trata-se do uso descontraído de uma linguagem coloquial em meio a uma argumentação intensa e densa, no qual se mesclam termos técnicos e neologismos num *pot-pourri* estilístico descomunal e difícil de se encontrar em outros autores. Austin não é a-

final um Bertrand Russell que não perde nunca seu tom nobre, solene, elegante e (sobretudo em sua fase final) místico — tom típico de um lord inglês que aliás de fato foi, seja qual o assunto em pauta: quer as crises existenciais de um unicórnio no mundo da lógica, quer os problemas ligados a casamento e sexo. Não se trata nem de longe de um John Locke ou um David Hume, outros contemporâneos ilustres, com suas personalidades inquietas e rebeldes que encararam suas metas com uma dedicação quase missionária.

Austin é atípico em todos os sentidos. Nem sequer se correspondia à imagem popular de um filósofo (como lembra Warnock (Apud. Hirst, 1969), contrastando-o com a figura inesquecível de Ludwig Wittgenstein). É um filósofo que, em meio a uma discussão de extrema importância, é capaz de desviar toda a atenção com um toque de humor — característica inconfundivelmente inglesa — dirigido ao próprio trabalho em curso. Aqui está o meu exemplo favorito. Após arriscar que a quantidade total dos verbos performativos em uma determinada língua, como o inglês, deve se situar na ordem de 10 à terceira potência, Austin se apressa em se justificar: *"Por que usar essa expressão em vez de 1.000? Primeiro porque impressiona mais e parece mais científica. Segundo porque vai de 1.000 a 9.999, uma boa margem enquanto que a outra poderia ser entendida como 'cerca de 1.000', uma margem muito pequena."* (Cf. a nota de rodapé, pp.122-123).

O leitor desavisado corre o risco de relaxar sua atenção diante desses momentos de aparente indiferença e frivolidade, ao ponto de perder de vista questões de suma importância que estão sendo atacadas com tenacidade e agudez. Ao ser alertado contra tal fato, o leitor, agora perplexo, estará apenas demonstrando seu conhecimento das normas da retórica clássica, ao exclamar se não estaria Austin empregando um linguajar to-

talmente impróprio às altas lucubrações que ele se propõe a desencadear. Afinal, não era o próprio Aristóteles — por coincidência, justamente aquele filósofo da Grécia Antiga, para cuja memória Austin sempre resguardou reverência e carinho especial — que recomendava um "estilo proporcional", entendendo-se pelo termo, a regra normativa de que "a maneira de redigir não deve ser desmazelada quando o tema for soberbo, e nem decorosa quando o tema for humilde" (Cf. Aristotle, 1967:10-11)? Pois bem, é exatamente essa a questão central que a assim-chamada filosofia da linguagem ordinária quer tematizar. Para esses filósofos, nenhuma questão filosófica é tão esotérica ou longínqua da nossa vivência do dia-a-dia que mereça um linguajar talhado especialmente para o propósito. Pelo contrário, é o ponto de partida desses filósofos, a idéia de que o exame cuidadoso da linguagem em suas manifestações mais quotidianas e corriqueiras deverá fazer com que comecem a se dissipar todas aquelas questões mais espinhosas da filosofia. Certa vez Austin chegou a aventar o rótulo "*fenomenologia lingüística*" para seu próprio método filosófico, mas descartou-o, logo em seguida, por achá-lo "*difícil de se abocanhar*" ("*rather a mouthful*") (Austin, 1956-7:182). No entender de Cavell (1969:61), Austin de fato quis dizer: "pretensioso" ou, no mínimo, "filosófico demais" para o seu gosto. Como se vê, o senso de humor sempre se faz presente em tudo o que Austin faz. Se para Wittgenstein (seu ilustre contemporâneo e grande estrela em destaque da universidade tradicionalmente rival — a de Cambridge) filosofia foi uma atividade essencialmente terapêutica, nas mãos de Austin, ela se tornou um grande passatempo, um modo todo especial de exercitar a mente, mesmo que fosse pelo simples e puro prazer de fazê-lo.

De qualquer maneira, a ênfase na linguagem enquanto chave para desvendar ou dissolver todos os problemas da filosofia traz à tona um dos grandes desafios

que esses filósofos lançaram contra a abordagem filosófica tradicional. Reconheceu-se o caráter envolvente da linguagem que, quando levado às suas últimas conseqüências, torna irrealizável o sonho de se chegar às verdades totalizantes sobre ela, uma vez que para conseguir tal proeza seria preciso transcender seus próprios limites e ter acesso a uma outra linguagem, mais rica e mais eficaz — uma metalinguagem. Em comparação com Wittgenstein que parte (em sua celebrada segunda fase) para lidar com as novas perspectivas que se abrem quando se reconhece a impossibilidade não só metodológica mas sim conceitual de se apoderar de um ponto de vista transcendental diante da linguagem, isto é, um ponto de vista genuinamente METalingüístico, como requer a etimologia da raiz grega "meta", Austin se revela, sobretudo em *Quando Dizer é Fazer*, um tanto incomodado e inconformado com as conseqüências de alcance inimaginável que daí decorrem — e, por que não dizer, um tanto desconfiado e, em certos momentos, até vacilante, quanto a qualquer decisão apressada. No fundo, isso tem a ver com o próprio estilo de cada um desses dois colossos da filosofia deste século, já comentado *en passant* no final do parágrafo anterior. Retomaremos o fio dessa discussão mais à frente.

Quando Dizer é Fazer, ou melhor, *How to Do Things with Words*, é a reconstituição das idéias desenvolvidas por Austin ao longo de doze palestras que proferiu em Harvard no ano de 1955. Serviram de matéria-prima para a tarefa de reconstituição, algumas anotações feitas pelo próprio conferencista além de rascunhos nem sempre consistentes cedidas generosamente por todos aqueles que participaram do curso. Ademais, foram utilizadas também anotações referentes a uma série de palestras em Oxford que Austin proferiu de 1952 a 1954, sob o título geral de "*Words and Deeds*", título este que serviu de inspiração para o sub-título da versão

brasileira. Ainda, segundo Urmson, o organizador da primeira edição do livro, foram consultados a fim de dirimir dúvidas ao longo da confecção do livro, os textos referentes à palestra "*Performative utterances*" proferida na B.B.C., em 1956, e a uma outra palestra proferida em Gothenberg em 1959, gravada em fita magnética. As duas últimas conferências, como também a conferência intitulada "*Performatif/constatif*", apresentada em francês no Colóquio de Royaumont (em 1958), são todas posteriores à série de conferências apresentadas em Harvard, fato este que tende a ficar ofuscado pela cronologia da publicação dos respectivos textos. A propósito, essa pequena confusão parece ter se instalado também na Apresentação de Souza Filho (p. 12), onde a redação, tal e qual se encontra, pode levar o leitor a concluir que os trabalhos datados de 1956 e de 1958 antecederam a *How to Do Things with Words*. Essa confusão se deve à ordem linear da menção das diversas referências, como também ao fato de incluir os dois trabalhos de 1956 e 1958, além de "*How to Talk*" (publicado em *Proceedings of the Aristotelian Society*, LIII, 1953-4), na categoria dos "*primeiros trabalhos que começam a tematizar mais teoricamente a questão da natureza da linguagem e do significado*" (p. 12).

A reconstituição de um texto traz à tona uma série de questões problemáticas concernentes à própria condição do texto enquanto objeto de análise e estudo. Em primeiro lugar, torna-se extremamente precária, para não dizer, embaraçosa, a questão da autoria. O próprio Urmson não esconde o seu desconforto. Contudo, mesmo reconhecendo que "*as conferências aqui publicadas não reproduzem exatamente as notas escritas por Austin*" pois elas "*foram interpretadas e complementadas recorrendo-se às notas de 1952-1954*" (para não falar, é claro, das outras fontes auxiliares), Urmson, o reconstituidor de Austin, acredita ter reproduzido os pen

samentos "originais" do mestre "com um mínimo de alterações e tão fielmente quanto possível."

Nessas condições, "O que Austin de fato quis dizer?" é uma pergunta que surge a toda hora, porém que, na melhor das hipóteses, apenas procura explicitar "O que é que os seus primeiros intérpretes quiseram que ele dissesse?", ou ainda, "O que os seus intérpretes atuais querem que ele diga?". À medida que também Urmson, com toda a sua honestidade intelectual, admite ter sido obrigado a "interpretar" Austin, mesmo a despeito de ter a oportunidade de recorrer ao "texto de Austin" (por força de hábito, vamos chamá-lo de "original"), o leitor jamais conseguirá marcar um encontro com o filósofo inglês de quem tanto se fala. Considerações desse tipo se remetem, em última análise, à própria tese de Austin, sobretudo às reflexões que dizem respeito às intenções do falante enquanto a origem e o árbitro final do significado — exatamente um dos aspectos que recebeu maior atenção posterior nas mãos de John Searle e Paul Grice, entre outros. Um aprofundamento mais detalhado dessa questão nos desviaria da discussão central, porém o leitor interessado encontrará discussão maior em Rajagopalan, 1989; 1990 e em Rajagopalan, no prelo-1.

Voltando, pois, ao texto "original" de Austin, o texto que Souza Filho "recria" em português, o que é que, afinal, o texto traz como novidade? Como o tradutor nos lembra em sua Apresentação, Austin faz o seu diálogo no interior do contexto histórico da Filosofia Analítica. Quem é, então, o seu interlocutor? Trata-se de um típico seguidor de uma corrente da filosofia linguística, de grande prestígio e presença à época, que se firmou no rastro pioneiro de Frege (cuja obra *Die Grundlagen der Arithmetik* foi traduzida para a língua inglesa pelo próprio Austin), e que tem como fio condu-

tor a esperança de um dia se chegar a uma linguagem ideal, partindo da linguagem comum e eventualmente reformando-a, tendo como auxílio valioso nesse trabalho árduo nada menos que a lógica formal em todo o seu esplendor matemático. Nas mãos de Bertrand Russell a meta da reforma lingüística torna-se, no decorrer do tempo, quase uma obsessão e com L.J.Ayer, o renomado "porta-voz" do Positivismo Lógico na Inglaterra, este mesmo objetivo acaba adquirindo o estatuto de um imperativo em nome da preservação do próprio discurso racional.

Não é de se estranhar o espanto que provocou Wittgenstein, outrora fiel seguidor do programa logicista, quando da sua famigerada reviravolta, sinalizada nas *Investigações Filosóficas* (Wittgenstein, 1953). O próprio Lord Russell, mentor da fase anterior, chegou a duvidar se o seu discípulo predileto não havia optado por "*sair de férias, deixando para trás toda a atividade intelectual séria*" (Cf. Gellner, 1959).

Por sua vez, Austin não tem nenhuma pretensão, ao menos aparente, de se apresentar como um iconoclasta (Rajagopalan, 1982). Detesta ele toda sorte de estardalhaço. Para ele, *problematizar* é a palavra de ordem — o lema do seu projeto filosófico (desconfiava até mesmo desta última palavra) — problematizar mesmo quando as coisas estão parecendo se encaminharem para um desfecho satisfatório.

Quando Dizer é Fazer se inicia problematizando. Austin mente e sabe que mente quando diz logo de início da primeira conferência (na edição brasileira, cada capítulo do livro, que corresponde a cada uma das doze palestras, porta um título diferenciado, na verdade uma novidade, por sinal bem vinda, introduzida pelo tradutor): "*O que tenho a dizer não é difícil, nem polêmico*" (p. 21). Ao longo do restante das páginas, o lei-

tor é conduzido a uma argumentação cerrada, sem trêgua e sem descanso, exceto os freqüentes momentos de humor inglês, destinados apenas a fim de que o leitor recupere o fôlego necessário para prosseguir. Como se não bastasse tudo isso, o leitor atento ainda descobre a duras penas que o texto comporta uma movimentação interna insólita, em forma de espiral de tal sorte que a nota de rodapé que diz: "*Tudo quanto for dito nestas seções é provisório e sujeito à reformulação à luz das seções posteriores*" (p. 23) acaba valendo para o livro inteiro, podendo, portanto, se remeter a qualquer afirmação que Austin faz a qualquer momento ao longo da evolução das suas idéias. Essa situação não se altera nem um pouco, mesmo quando, ao final da décima segunda conferência, Austin se despede do ouvinte/leitor destacando duas coisas que não gosta muito de fazer: (1) "*dizer o que deveria ser feito ao invés de fazê-lo*" e (2) "*dar conferências*". Diante da sensação inusitada do indizível, Wittgenstein pede silêncio e Austin, mais ação, isto é, "fazer" no lugar do "dizer" (mais comentários adiante).

Qual é, então, o lugar-comum que Austin quer polemizar? Trata-se da idéia, herdada dos tempos de Antigüidade e, por isso mesmo, quase nunca questionada, de que a enunciação de uma frase declarativa tenha como único objetivo "descrever" um estado de coisas ou declarar um fato que por sua vez possa ser ou verdadeiro ou falso.

Antes de dar seguimento à nossa discussão, urge aqui a abertura de um parêntese, a fim de se comentar um pouco detidamente sobre a escolha dos termos técnicos em português utilizados por Souza Filho ao traduzir Austin². Já o próprio texto de Austin, em inglês, é, é preciso que se diga, extremamente confuso e até mesmo inconsistente neste sentido. R.M.Hare (1971:115) observou vários casos como o uso de *sense* (sentido) para se

referir a "força ilocucionária", confusão entre *use* (uso) e *meaning* (significação), e ao menos uma instância do emprego depreciativo de *meaning* (significação) — lembrete constante, segundo Hare, da ojeriza que sentia Austin pelos termos técnicos de modo geral. Em *How to Do Things with Words*, Austin usa indiscriminadamente *sentence* e *utterance*, e frequentemente emprega *statement* onde o contexto aceitaria melhor um dos outros dois termos. Dos três, *sentence* já vem, há algum tempo, sendo traduzido como "sentença" (mais comum em meios filosóficos) e como "frase" (comum na lingüística). Quanto a *utterance*, "enunciado" parece ser perfeitamente adequado, com a ressalva de que o termo inglês se refere, de um lado, tanto ao produto (enunciado) quanto ao ato (enunciação) (Cf. Rajagopalan, 1984) e, do outro lado, tanto ao *type* como ao *token*. Souza Filho opta por traduzir *statement* por "declaração", *sentence* por "sentença", e *utterance* por "proferimento". Numa nota de rodapé, esclarece o tradutor que a sentença deve ser entendida como unidade lingüística (exatamente como o termo é entendido na lingüística contemporânea, e não, por exemplo, nos escritos de alguns lógicos, onde a "sentença" se refere a uma "proposição"). Quanto a "declaração" e "proferimento", prossegue a nota, o primeiro se refere a "o uso da sentença para afirmar ou negar algo, podendo ser falsa ou verdadeira", ao passo que o segundo tem a ver com "a emissão concreta e particular de uma sentença em um momento determinado, por um falante determinado". Assim, a "sentença" da língua portuguesa, "A rosa é vermelha" pode ser usada para afirmar uma característica (ser vermelha) de um objeto (a rosa), o que pode ser verdadeiro ou falso, quando proferida por alguém em um contexto determinado (ênfase acrescida) (p. 21).

Ora, com toda essa explicação, algumas das incertezas ainda permanecem. Pois o simples fato de ter si-

do *proferida* ou, equivalentemente "*emitida na forma concreta*", não nos garante que a *sentença* venha a ser passível de ser julgada quanto ao valor veritativo. Isso porque, "*ser proferida*" é apenas uma condição necessária, não suficiente, para que a *sentença* em questão venha a ter como extensão um valor veritativo qualquer. A final, foi justamente para assegurar essa condição que Frege introduziu em sua notação o símbolo " \vdash ", convenção esta que Searle viria, anos mais tarde, a incorporar ao seu modelo teórico. De qualquer forma, dentro da convenção terminológica que Souza Filho estabelece, "*ser declarada*" é que seria a condição suficiente para que a *sentença* seja dotada de um valor veritativo. Toda *sentença declarada* seria, por sua vez, *eo ipso*, *proferida*, ou seja, *declarar* seria uma das tantas maneiras de se *proferir* uma *sentença* (mas não ao contrário). A escolha do termo "*declaração*" corre o risco de gerar na mente do leitor inexperiente certas eventuais confusões, uma vez que nos capítulos seguintes Austin, ou melhor, o Austin de Souza Filho, vai ter que recorrer à mesma palavra da língua portuguesa para designar um fenômeno totalmente diferente, a saber, atos ilocucionários³; e, pior ainda, para designar atos tão distintos como "*declarar intenção*" (comissivo) e "*declarar encerrada/aberta reunião*" (exercitivo). Em razão disso, surge o palpíte de que uma palavra como "*asserção*" ou "*asseveração*" talvez servisse o mesmo propósito com menos chances de criar confusões indesejáveis. O próprio Austin chega a recorrer à palavra "*assertion*" em sua única conferência proferida em francês de que se tem notícia, a saber, "*Performatif/constatif*". Diz o filósofo inglês: "*L'énoncé constatif a, sous le nom d'assertion si chère aux philosophes, la propriété d'être vrai ou faux*". (Austin, 1962a:271). Ao traduzir o texto de Austin para inglês, Warnock usa a palavra *statement* e acrescenta a seguinte nota de rodapé: "*The French term is 'assertion'. I am sure that 'statement' is the*

English term Austin would have used here, and I have so translated 'assertion' throughout." (Warnock, 1963: 53). Quanto a "proferimento", a justificativa maior para a sua escolha no lugar de "enunciação" talvez seja justamente a de manter as reflexões austinianas distintas e distintas em relação às teorias de enunciação da inspiração francesa, além, é claro, do fato inegável de que o termo já conta com certa aceitação entre os estudiosos brasileiros, como evidencia uma consulta rápida à literatura pertinente (Cf. Almeida, 1982, 1983; Souza Filho, 1983, 1984).

Feito o parêntese, voltemos à discussão anterior, reformulando a idéia sob a alça de mira de Austin, conforme a convenção terminológica de Souza Filho. A questão é: será que toda declaração serve única e exclusivamente para descrever fatos? Com a ajuda de um punhado de argumentos engenhosamente arregimentados, Austin desfaz num passe de mágica qualquer vestígio remanescente da certeza milenar. O segundo passo, então, é de linear uma pequena classe de "proferimentos" que decididamente não descrevem nada, mas que no próprio ato de proferir constituem-se na realização plena de certos atos específicos. Austin batiza essa pequena classe de *performativos*, reservando o termo *constativo* (Souza Filho dá à palavra mais uma sílaba, soletrando-a "consta-tivo") para os casos em que os proferimentos de fato parecem descrever algo.

Para a grande maioria dos principiantes, o nome de Austin evoca instantaneamente o termo "performativo", da mesma maneira que, como aponta Cerf (1969:351), o nome de Wittgenstein é associado a "jogos da linguagem" e o de Gilbert Ryle faz lembrar o "ghost in the machine". Alguns leitores ingênuos se contentam com a formação de que Austin foi o grande "descobridor" dos enunciados (ou, proferimentos) performativos, apressando-se daí para a conclusão de que foi Austin quem a-

briu os olhos do mundo intelectual a respeito de haver *muito mais* na linguagem além da verdade e da falsidade.

Mal percebem esses entusiastas que estão nutrindo uma visão parcial e incompleta e — por se tratar de uma obra que, como já observei, sofre a cada passo uma evolução interna — alimentando uma conclusão precipitada e distorcida.

Pois o que Austin faz assim que ergue a dicotomia "constativo/performativo" é partir para o trabalho árduo de desfazê-la. Porém, ele o faz dando-nos a impressão de que estaria engajado, contrariamente, em salvaguardá-la diante de todos os contra-argumentos que começam a pipocar, ou melhor, a serem colocados na friteira do raciocínio intenso para que pipoquem com intensidade crescente. Hare (1971:104), com base em opinião expressa por Urmsom em comunicação pessoal, nos assegura que tudo não passava de uma "encenação" por parte de Austin. Trata-se, portanto, mais uma vez, de um estilo retórico-argumentativo extremamente eficaz, porém igualmente traiçoeiro — estilo tão contundente que levou um adversário tão sereno como A.J.Ayer a recorrer, em estado de franco desespero, à ironia para salvar a situação sentenciando: "*O grande mérito de Austin está no fato de ter convencido todo mundo que ele estava com a razão.*" (Ayer, 1969:308).

O que Austin faz é simplesmente esperar que os contra-argumentos se avolumem a tal ponto que se torne insustentável a dicotomia inicial, para então dar-lhe o *coup de grace*. Há quem diga, mesmo assim, que Austin se desesperou e desistiu da distinção cedo demais (Cf. Chisholm, 1969; Black, 1969 — Veja também Ferguson, 1969, para uma defesa de Austin a esse respeito). Com muita propriedade, Black (1969:401) comenta que as doze conferências de Austin "*bem poderiam ter como sub-título:*

'Em Busca de Uma Distinção Evanescente'."

Vale a pena nos determos um pouco para apreciar a verdadeira importância desse momento crítico na evolução do pensamento austiniano. Jacques Derrida (1967; 1972) destaca como um passo decisivo em todo empreendimento desconstrutivo, a superação de dicotomias, uma por uma. Essa superação — na verdade, trata-se de um processo de dismantelamento sistemático — se dá quando se percebe que tal dicotomia não passava de uma hierarquia camuflada, ou seja, longe de ser uma distinção paritária, tratava-se de uma manobra de privilegiar um dos lados a custo, como não poderia deixar de ser, do outro. Daí, inicialmente se procura mostrar a possibilidade de se inverter a hierarquia em questão e, ao fazer isso, desnudar o construto ideológico subjacente (Donde, a desconstrução e não destruição pura e simples). Ora, é exatamente isso que faz Austin quando finalmente estabelece que o tal de *constativo* nada mais era de fato senão um *performativo* mascarado (o epíteto é do próprio Austin). Berlin (1973:13) lembra que "*Austin parecia encontrar prazer ativo em aventar proposições que se apresentavam como verdadeiras, ou ao menos plausíveis, não obstante os terríveis estragos que elas provocariam nas idéias sistemáticas*" dos demais autores.

Mas até chegar à idéia da insustentabilidade da distinção inicial entre os *constativos* e os *performativos*, Austin teve que, como já disse, percorrer um longo caminho que, mesmo correndo o risco de roubar-lhe seu brilho e sua astúcia (como diz Souza Filho, "*seria impossível superar em rigor e concisão, a apresentação do próprio [Austin]*"), ousou sintetizar. São os seguintes os passos importantes envolvidos nessa caminhada. Primeiro, quando se percebe que no caso de um proferimento performativo como "*Eu prometo que p*" funciona do mesmo jeito mesmo sem a presença do prefácio "*Eu prome*

to que...". ou seja, desde que se obtenha uma série de condições concomitantes, o simples enunciar de *p* vale por um ato de promessa tão bem quanto à forma mais elaborada e explícita. O segundo passo consiste em reconhecer que, no fim das contas, o que vale mesmo é a obtenção das condições e não o dizer puro e simples de um conjunto de palavras, ou seja, o fazer, ao contrário do que se pensava, não está à mercê do dizer. Em terceiro lugar, dá-se conta de que *qualquer* proferimento, independentemente de sua forma lingüística, pode valer por um ato — isto é, até mesmo, o proferimento "O gato está em cima do capacho" pode valer por um ato, por exemplo, de asserção. Finalmente, como um quarto passo, chega-se à conclusão de que o constativo, cuja existência era a única "certeza" que havia no início das reflexões, nada mais é do que um performativo que conseguiu se disfarçar muito bem e enganar muita gente durante muito tempo.

As conseqüências dessa reviravolta são, indubitavelmente, de longo alcance. Nas palavras de Souza Filho:

"Duas são as conseqüências básicas desta nova visão proposta por Austin. Surge um novo paradigma teórico que considera a linguagem como ação, como forma de atuação sobre o real, e portanto da constituição do real, e não meramente de representação ou correspondência com a realidade. Em decorrência, dá-se a passagem para um segundo plano do conceito de verdade, conceito central da semântica clássica, já que corresponde precisamente à garantia de adequação entre linguagem e realidade, em seu aspecto tanto lógico como epistemológico" (p. 10)

Em outras palavras, começa a ruir irrecuperavelmente todo o atrativo da verdade alética, ponto nevral

gico da semântica clássica e da visão da linguagem nutrida pelo Positivismo Lógico (Cf. Rajagopalan, 1988). Austin, leitor aficionado da *Ética ao Nicômaco* de Aristóteles, está enfim pleiteando abandono definitivo do platonismo em favor de uma abordagem, quem diria, convencionalista, empiricista e nominalista: falar a linguagem, como frisa Souza Filho, não é dizer coisas a respeito de um mundo cuja ontologia esteja garantida *a priori*, isto é, anterior e imune a qualquer influência da ação humana; pelo contrário, é a atividade humana, que se realiza mediante a linguagem, que *cria* o único mundo (entre todas as possibilidades vislumbradas pela lógica, inclusive o controvertido mundo "real") com o qual o ser humano de fato comunica.

As coisas, entretanto, não param por aí. A superação definitiva da dicotomia inicial "constativo/performativo" implica também abandono definitivo de qualquer esperança de "ancorar" a linguagem a um fundo "sólido" e "estável" (Afim, era esta justamente a função do "mundo real", agora reavaliado como algo que nunca passou de uma ilusão) ou, alternativamente, abandono definitivo da esperança de contemplar a linguagem de um ponto de vista fixo e imóvel, a uma distância cômoda e segura em relação ao objeto de análise — portanto, fora da linguagem, enfim, transcendental. Não há, em outras palavras, como lidar com a ação humana, senão mediante e no interior dela mesma. Não há parâmetros independentes para delimitar e nem mesmo definir atos de linguagem. Há vários momentos em que Austin chega muito perto de admitir que talvez estejamos lidando com verdadeiros jogos de linguagem no sentido de Wittgenstein — (Cf. Rajagopalan, 1989a). Ora, se aceitarmos esta última, o que Austin está prestes a concluir é muito mais revolucionário do que se pensa comumente. Pois, está sob ameaça a tese milenar de essencialismo. Cabe aqui menção à seguinte observação de Cerf (1969:352):

"... embora seja Austin uma mera onda na turbulência provocada por Wittgenstein, a onda tem uma coloração toda distintiva. Não é tudo o mar inglês prateado. É tingido por corpos estranhos de variedade Continental. É tingido por uma atitude descritiva popularizada pela fenomenologia e por um holismo em conflito com o tradicional atomismo inglês e em harmonia com o existencialismo de Heidegger a Merleau-Ponty."

Ainda, na caracterização muito feliz de Cerf, a teoria dos atos de fala que emerge da queda da dicotomia "constativo/performativo" é uma verdadeira Aufhebung (a escolha do termo hegeliano é muito apropriada, pois indica novas tensões a caminho e a formação de uma cadeia sem fim) da distinção descartada.

No entanto, o anti-essencialismo nunca chega a se firmar para valer, em Austin. Ele de fato fica se alterando entre uma posição wittgensteiniana e o desejo de se afastar do caminho de relativismo que se abre com a derrubada da dicotomia "constativo/performativo". É nesse desejo subliminar, como mostra Derrida (1972), que Austin acaba encontrando um forte aliado para estancar o avalanche de ceticismo. Trata-se, por incrível que pareça, de uma outra dicotomia "discurso sério/discurso lúdico" que, por sinal, conta com todo o prestígio e credibilidade que a longa tradição lhe confere. Afinal, não foi esta a distinção que deu origem (sobretudo nas mãos do próprio Aristóteles) à tese da Arte como mímica, desprezível enquanto tal no entender de Platão, em relação à vida "real" por ser aquela uma mera imitação desta? De qualquer forma, Austin sucumbe à tentação, em bora, em vários momentos, a sua mente sempre rebelde de mostre sinais de incômodo em relação à solução precária.

Apoiando-se numa leitura lacaniana de *How to Do*

Things with Words, Shoshana Felman (1980) procura muito engenhosamente socorrer Austin da teia de aranha em que o deixa preso a leitura impiedosamente desconstrutivista de Derrida. Para Felman, longe de ser um mero personagem da peça que ele mesmo arma, Austin é o tempo todo o seu diretor. Felman vê em seu ídolo um autêntico Don Juan, em pleno controle do jogo de sedução em que, segundo ela, o leitor de *How to Do Things with Words* repentinamente se acha envolto. É ele, Austin, a aranha, e quem está preso é o leitor. Trata-se, como mostra Culler (1983:118), de um modo de proteger o ídolo e poupar-lhe um embaraço incômodo: "uma tentativa bem trabalhada de atribuir a Austin tudo o que a autora aprendeu de Derrida, para a partir daí acusar Derrida por ter feito uma leitura errônea de Austin".

De qualquer forma, talvez seja a própria possibilidade de surgirem interpretações/apropriações como a de Felman que torna Austin uma figura tão enigmática. Alguns dos seus primeiros intérpretes como Strawson e Searle (este último já se encontra na condição de uma espécie de herdeiro intelectual do mestre, aclamado como tal pela grande maioria) têm demonstrado uma tendência nítida de encarar a sua contribuição como fundamentalmente continuísta, isto é, como estando em perfeita sintonia com a longa tradição de pensar a linguagem que o precede. Em Rajagopalan (no prelo), procuro estabelecer que essa interpretação da obra de Austin, que chamamos da "leitura oficial" tem sido responsável pela grande divulgação e penetração do nome do filósofo inglês, sobretudo em áreas acadêmicas como a lingüística, onde predominam modelos teóricos cujos compromissos ontológicos e epistemológicos se revelam estar em franco descompasso com os da Filosofia da Linguagem Ordinária.

Jürgen Habermas se encontra entre aqueles intelectuais que ainda vêem em Austin indícios de alguma esperança no sentido de não ter de sacrificar todo o impu-

so emancipatório próprio do iluminismo com a sua valoração da razão enquanto o referencial infalível para a conduta humana. Para Habermas, que se diz pertencer à tradição crítica social marxista que vem sendo desenvolvida na Escola de Frankfurt, a problemática suscitada pela obra de Austin é precisamente a indagação angustiante em torno do que, no fim das contas, possa vir a ocupar o lugar do vazio deixado pelo destronamento da verdade — o último referencial, como já vimos, de toda a ética da conduta humana segundo a visão tradicional. Não simpatiza nem um pouco com Lyotard (1979) que não vê nenhuma saída senão admitir que todo ato linguístico é movido pelo desejo por parte do enunciador (ou, "proferidor", para sermos fiéis à terminologia de Souza Filho) de conquistar o seu lugar e mantê-lo a qualquer custo — enfim, uma luta sem fim de auto-afirmação, em última análise uma demonstração escancarada do instinto animal (Cf. Peters, 1989:100). Nos termos de uma teoria dos atos de fala à la Austin, Lyotard concebe uma "pragmática" da ciência e da pesquisa científica, sendo que a finalidade não é mais o consenso como quer Habermas, mas uma *paralogia*: a procura incessante de "instabilidades" com o intuito de desestabilizar internamente o próprio arcabouço em que anteriormente tomou corpo a "ciência normal". Para Lyotard, assim, falar já é se engajar em uma forma de luta e qualquer referência a um possível consenso significa escamotear o caráter conflitual dos jogos da linguagem. No entender de Habermas, é preciso para o bem da humanidade, estancar esse culto ao poder, iniciado em tempos modernos por Nietzsche e retomado por Foucault e agora por Lyotard; pois implica "uma ameaça aos fundamentos da vida pública democrática" (Cf. Giroux, 1988).

Face a esse "perigo" pós-modernista, Habermas ape-la para a intersubjetividade onde, segundo ele, deve se procurar a razão, outrora encarada como supra-humana,

ora entendida como fruto de um esforço coletivo e cooperativo, de uma ação comunicativa (Habermas, 1984; Collins, 1987). "A contra-ofensiva...", diz Ruby (1990), "consiste em delimitar um território propício a novas condições de um ataque neo-moderno: e daí tirar um tema de agrupamento apto a ganhar para a causa os intelectuais e encorajá-los em suas tomadas de posição". O próprio tradutor da obra de Austin em discussão, Souza Filho, claramente favorece a opção habermasiana. Diz e le em sua tese de doutorado:

"O traço definidor dessa concepção é a noção de intersubjetividade; a idéia de que o uso da linguagem que consiste em atos de compreensão mútua abre o caminho para um consenso fundamentado, alcançado mediante "discussão", isto é, através da possibilidade de voltar para trás e reiniciar a conversa; o paradigma de qualquer possível situação de fala que é, como já vimos, o diálogo."

(Souza Filho, 1984:153)

É possível sustentar, como faz Hohendahl (1986), que a posição de Habermas e dos seus seguidores nasce de uma apreensão de que a crítica contemporânea ao racionalismo venha a cair nas mãos das forças conservadoras da ultra-direita, não só na Alemanha mas nos demais centros do mundo inteiro. A alusão, porém, perde boa parte de sua força quando nos damos conta de que o pós-moderno já tem sido condenado com igual veemência como a última cartada de uma esquerda radical desesperada. Como coloca D'Amico (1986:135), "na qualidade dos atuais 'homens maus' da academia, os pós-modernistas já conseguiram unificar a direita e a esquerda sobre quem ambas adoram odiar."

Quanto a Lyotard, a cruzada de Habermas contra a crítica pós-estruturalista da razão, não passa, na sua visão, de mais uma das tantas metanarrativas, sujeita,

portanto, à mesma reação de "incredulidade diante de toda e qualquer metanarratividade" que segundo o autor caracteriza a atitude pós-moderna (Lyotard, 1979).

O que pensaria sobre tudo isso o próprio filósofo inglês John Langshaw Austin, que há exatas três décadas deixou de marcar a sua presença física num círculo bem fechado em Oxford, porém continua no centro das polêmicas muito além das fronteiras da sua terra natal — mais poderoso morto do que quando vivo, a exemplo do personagem de Julius Caesar de Shakespeare? Pergunta curiosa essa: o que pensaria Austin sobre tudo isso que está acontecendo? O próprio filósofo chegou, certa vez, a responder a uma pergunta idêntica, por ele mesmo levantada em relação ao seu ídolo. Trata-se do seguinte comentário com que ele inicia sua resenha do livro *Aristotle's Syllogistic* da autoria de Jan Lukasiewicz — (Austin, 1952:395): "*Este livro é útil, original, lucido e curto: Aristóteles o teria adorado.*" Acredito ser possível responder à nossa pergunta de modo parecido: "*Trata-se de uma polêmica animada, instigante, e ao que tudo indica, infundável: Austin a teria adorado.*"

Para Austin, mais vale a feitura do que o feito. E o fazer se processa necessariamente pelo método de problematizar. Por conseguinte, alocar ao fazer um lugar sub-alterno em relação a qualquer outra coisa, até mesmo ao dizer, é restringir de maneira inteiramente arbitrária a livre manifestação do fazer: "*O ato de fala em sua total plenitude, em plenitude total do seu contexto de fala é, afinal de contas, o único fenômeno de fato que estamos engajados em elucidar*" (Austin, 1962: 148) (Prefiro essa minha tradução direta do inglês à proposta por Souza Filho). É difícil saber, se Austin chegou a perceber que a "plenitude" do contexto é ilimitada, salvo, é claro, decisões metodológicas (o que não deixam de ser arbitrárias) de circunscrevê-la. Co-

mo diz Culler (1983), "*Meaning is context-bound; but context is boundless*" (O significado está atrelado ao contexto, só que o contexto é ilimitado — na tradução se perde um pouco o efeito aforístico criado pela dupla fase da palavra inglesa *bound* que significa tanto "atrelado" como "limite"). Ora, isso significa que no fundo simplesmente não havia como encerrar o empreendimento que o próprio Austin se propusera a realizar.

Considerações do tipo das levantadas acima nos levam a questionar a "felicidade" do título do livro em sua tradução para o português. Ao escolher como o título do livro *Quando Dizer é Fazer*, Souza Filho se revela ter se inspirado na tradução francesa do livro feita por Gilles Lane com o título de *Quand Dire, C'est Faire*. O problema desse título é exatamente o de insinuar a subordinação do fazer ao dizer → questão que, como vimos, está longe de se constituir em ponto pacífico, muito embora seja certamente possível acenar para vários momentos no texto de Austin onde, aparentemente, pudesse estar ele de fato cogitando tal relação entre o dizer e o fazer. (Ocorre que o leitor diligente pode encontrar com igual facilidade outros tantos momentos no texto de Austin que acusam um pensamento ao contrário).

Estando inserido na longa tradição britânica do fazer filosófico, e pertencendo, ademais, ao grupo dos filósofos analíticos que sofreram sem exceção, de Frege em diante, a influência da chamada "virada lingüística", não é de se estranhar que Austin de fato compartilhasse com Frege a tese central deste grande gênio de que é o sentido que determina a referência e não o contrário. Sabemos também que tanto os formalistas como os da chamada filosofia da linguagem ordinária estavam de acordo sobre isso, sendo que o principal pomo de discórdia se resumia à questão da conveniência ou não de

uma eventual adequação ou aperfeiçoamento da linguagem ordinária. Assim como a brecha que abre Kant quando concede que o mundo fenomenal é o único de que efetivamente se tem condições de se pensar (Cf. Norris, 1984; 1985), a meta fregeana também acaba abrindo uma brecha para possibilidades de se levar adiante o projeto, não previstas nos planos originais e, com certeza, não desejadas pelos responsáveis em cada um dos casos (Rajagopalan, no prelo 2).

Trocando em miúdos, é possível sustentar que o trabalho de Austin, ao mesmo tempo que evidencia sinais de franco descompasso com a linha logicista traçada por Frege, constitui-se em uma continuação do projeto fregeano muito além, é claro, do vislumbrado pelo ilustre antecessor alemão (cuja obra-prima, lembre-se, foi o próprio Austin quem traduziu para o idioma inglês). Como já cheguei a sugerir, é o que efetivamente faz Searle quando, em colaboração com Vanderveken (Cf. Searle e Vanderveken, 1985), empenha-se no sentido de elaborar uma lógica ilocucionária no melhor estilo fregeano (tentativa audaciosa essa, o próprio Frege a teria adorado).

Ora, tudo isso nos dá uma nova perspectiva para encarar a leitura desconstrutiva que Derrida faz da própria obra de Austin: perseguição implacável da meta austiniana além do ponto efetivamente alcançado pelo próprio Austin. Ou seja, se Austin faz uma leitura fregeana de Frege, Derrida mostra como é relativamente fácil fazer uma leitura austiniana de Austin, mostrando ao texto de Austin, o seu "ponto cego", o momento crítico, onde o autor demonstra sinais de não querer cumprir sua promessa e opta por não "ver" as consequências mais "lógicas" do seu próprio projeto. O mérito de Derrida consiste justamente em mostrar a fragilidade do empreendimento estruturalista (com o qual a filosofia analítica tem, a despeito das aparências ao contrário,

ligações estreitas — Cf. Norris, 1984). Quem tematiza tal fragilidade é Richard Rorty (1982), para quem o pragmaticismo está caminhando sem retorno exatamente em direção a um desmoronamento até chegar a tal ponto em que, segundo este autor, a atividade filosófica deve se desembaraçar de vez de toda a sua aspiração emancipatória para começar a cultivar uma espécie de, quem sabe, "nihilismo ativo" no dizer de Lyotard.

Como já foi comentado, Habermas se encontra entre aqueles que relutam em aceitar o fim do sonho modernista. Como já vimos também, sem menor interesse, ao menos declarado, de se outorgar o papel cavalheiresco de quem jurou proteger a honra da dama chamada "razão", John Searle recria Austin a seu gosto e a gosto de todos aqueles que gostam das novidades, mas não ao ponto de ter que abrir mão das certezas enraizadas. Habermas agradece e aplaude: *"Tentativas para uma pragmática universal encontram-se em analistas de linguagem como Searle, o qual, próximo a Austin e Strawson, pretende construir uma teoria dos atos de linguagem..."* (Habermas, 1987:324). Com o evidente intuito de universalizar a sua teoria pragmática (o próprio Searle prefere que sua teoria seja encarada como uma proposta semântica — Cf. Searle et al. 1980:VII), Searle idealiza o conteúdo do ato ilocucionário e, contra Austin (Cf. Searle, 1968), traz para dentro da sua teoria a noção de "proposição", o receptáculo atemporal, extralinguístico, do valor veritativo, já exorcizado por Austin. Nada esfria os ânimos de Searle, nem mesmo observações como a de Borutti (1983) de que falar em uma "pragmática idealizada" já é cometer um patente oxímoro. Com base em seu princípio de exprimibilidade segundo o qual tudo o que é passível de se pensar é passível também de se dizer, Searle subordina o feito ao dito enquanto concretização do dizível (veja, Rajagopalan, no prelo 1, para uma discussão detalhada). É Searle, então, quem au-

toriza o título *Quando Dizer é Fazer* em português, como também o seu equivalente francês *Quand Dire, C'est Faire*. Para tanto, Searle conta com amplo reconhecimento como herdeiro intelectual "legítimo" e porta-voz autorizado de Austin — reconhecimento este registrado em depoimentos como: "... les travaux de la philosophie analytique anglaise — dont l'ouvrage de Searle est, à de nombreux égards, une continuation — sont susceptibles d'intéresser les linguistes..." (Ducrot, 1972:11), como também, em afirmações ainda mais categóricas, embora cautelosamente qualificadas do tipo: "In general, Searle's theory of speech acts is just Austin's systematized, in part rigidified, with sallies into the general theory of meaning..." (Levinson, 1982:238).

Concluindo, o título original em inglês *How to Do Things with Words*, ao mesmo tempo que problematiza a questão central, trata-a no melhor estilo de Austin, com humor e descontração calculada — faz lembrar, por exemplo, o título do best-seller de Dale Carnegie, *How to Win Friends and Influence People* (segundo nos informa Pitcher (1973:22), Austin pessoalmente escolheu o título em razão do seu "soar pragmático" (pragmatic ring) em homenagem à pessoa em cuja memória estava sendo organizada a série de palestras — o pragmaticista norte-americano William James); a sua tradução tanto para o francês como para o português passa pelo crivo da "leitura oficial" da obra austiniana, difícil de ser percebida como tal, precisamente em virtude da sua ampla aceitação nos meios acadêmicos.

Como procurei salientar ao longo dessa resenha, o melhor tributo que Austin talvez gostasse de receber fosse nada mais que uma certa vontade de problematizar as suas idéias, a começar, por que não, já pelo título.

NOTAS

- (1) As reflexões contidas neste ensaio crítico provêm de um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, mediante bolsa nº 306151/88-0. Aproveito esta oportunidade para registrar o meu agradecimento a esse órgão.
- (2) Todas as citações de textos originalmente em língua estrangeira foram traduzidas pelo autor deste artigo, excetuando, evidentemente, os textos que já se encontram traduzidos para o português.
- (3) Tem-se uma lamentável falta de padronização da terminologia no que diz respeito à teoria dos Atos da Fala. Neste exato momento, concorrem "ilocucionário", "ilocucional" e "ilocutório" como equivalentes ao termo inglês "illocutionary" — coisa semelhante ocorrendo com o "locutionary" e o "perlocutionary". Talvez valha a pena decidirmos definitivamente a favor de uma das variantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, G. de (1982). "Sobre a fenomenologia da linguagem". *Manuscrito*. Vol. V, nº 2. Pp. 77-90.
- _____ (1983). "Verdade e Consenso". *Manuscrito*. Vol. VI, nº 2. Pp. 133-150.
- AUSTIN, J. L. (1952). "Critical notice on J. Lukasiewicz's" *Aristotle's Syllogistic: From the Standpoint of Modern Formal Logic*. *Mind* 61. Pp. 395-404.
- _____ (1956-57). "A plea for excuses". Em *Proceedings of the Aristotelian Society*. LVII. Reproduzido em J.O.Urmson e G.T.Warnock (Orgs.) (1961). *Austin: Philosophical Papers*. Oxford: Clarendon Press. Pp. 175-204.

AUSTIN, J.L. (1962). *How to Do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press.

_____ (1962a). "Performatif-constatif" Em *La Philosophie Analytique, Cahiers de Royaumont*, Pp. 271-304.

_____ (1970). *Quand Dire, C'est Faire*. Tradução de Gilles Lane. Paris: Editions Du Seuil.

_____ (1990). *Quando Dizer é Fazer*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre. Artes Mé dicas.

AYER, A. J. (1969). "Has Austin refuted sense-data?" — Em K.T.Fann (Org.). Pp. 284-308.

BLACK, M. (1969). "Austin on performatives". Em K.T. Fann (Org.). Pp. 401-411.

BERLIN, I. et. al. (1973). *Essays on J.L.Austin*. Oxford — Clarendon Press.

BORUTTI, S. (1984). "Pragmatics and its discontents?" — *Journal of Pragmatics*. Vol. 8, nº 4. Pp. 437-448.

CAVELL, S. (1969). "Austin at criticism". Em K.T. Fann (Org.). Pp. 59-75.

CERF, W. (1969). "Critical review of *How to Do Things with Words*." Em K.T.Fann (Org.). Pp. 351-379.

CHISHOLM, R.M. (1969). "Austin's philosophical papers" Em K.T.Fann (Org.). Pp. 101-126.

COLLINS, R. (1987). "Habermas and the search for reason". *Semiótica* 64. 1/2. Pp. 157-169.

CULLER, J. (1983). *On Deconstruction: Theory and Criticism after Structuralism*. Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd.

D'AMICO, R. (1986). "Going relativist". *Telos*. nº 67. Pp. 135-145.

- DERRIDA, J. (1967). *De la grammatologie*. Paris: Minuit.
- _____ (1972). *Marges de la philosophie*. Paris — Minuit.
- DUCROT, O. (1972). "De Saussure à la philosophie du langage". Introdução à tradução francesa de J. R. Searle: *Speech Acts*. Paris: Hermann.
- FANN, K.T. (Org.) (1969). *Symposium on J.L.Austin*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- FELMAN, S. (1980). *Le Scandale du Corps parlant, Don Juan avec Austin ou la séduction en deux langues*. Paris: Seuil.
- FORGUSON, L.W. (1969). "In pursuit of performatives" — Em K.T.Fann (Org.). Pp. 412-419.
- GELLNER, E. (1959). *Words and Things: An Examination of and an Attack on Linguistic Philosophy*. Londres. Routledge & Kegan Paul Ltd.
- GIROUX, H.A. (1988). "Post-modernism and the discourse of educational criticism". *Journal of Education*. Vol. 170. nº 3. Pp. 5-30.
- HABERMAS, J. (1984). *The Theory of Communicative Action* — Vol. 1. Reason and the Rationalization of Society — Boston: Beacon Press.
- _____ (1987). *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- HARE, R.M. (1971). *Practical Inferences*. Berkeley: University of California Press.
- HIRST, R.J. (1969). "A critical study of *Sense and Sensibilia*." Em K.T.Fann (Org.). Pp. 243-253.
- HOHENDAHL, P.V. (1986). "Habermas' philosophical discourse of modernity". *Telos* nº 69. Pp. 49-66.

LEVINSON, S.C. (1983). *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.

LYOTARD, J.F. (1979). *La Condition Postmoderne*. Paris: Minuit.

NORRIS, C. (1984). "Deconstruction, naming and necessity: some logical options". *Journal of Literary Semantics*. XVII/3. Pp. 159-180.

_____ (1985). "Sense, reference, and logic: a critique of post-structuralist reason". *Journal of Literary Semantics*. XIV/2. Pp. 98-119.

PETERS, M. (1989). "Techno-science, rationality and the university: Lyotard on the post-modern condition". *Educational Theory*. Vol. 39, nº 2. Pp. 93-105.

PITCHER, G. (1973). "Austin: a personal memoir". Em I. Berlin et al. (Org.). Pp. 17-30.

RAJAGOPALAN, K. (1982). *Negation and Denial: A Study in the Theory of Speech Acts*. Tese de Doutorado. Inédita. São Paulo: PUC-SP.

_____ (1984). "The Harris-Edmondson dispute: identifying the strawmen". *Journal of Linguistics*. Vol. 20, nº 2. Pp. 251-256.

_____ (1988) "Pragmática e a verdade aléutica". *Estudos Lingüísticos* XVI. Pp. 237-240.

_____ (1989). "A caça ao texto-fantasma: reflexões acerca do binômio 'produção-recepção'". II Anais do CELLIP. Pp. 291-298.

_____ (1989a). "Atos ilocucionários como jogos da linguagem". *Estudos Lingüísticos*. XVIII. Pp. 521-530.

_____ (1990). "A trama do signo: Derrida e a desconstrução de um projeto saussureano". *Estudos Lin-*

glúísticos XIX. Pp. 74-81.

RAJAGOPALAN, K. (no prelo 1). "Ilocução, locução e a forma lingüística". A sair no volume comemorativo dos XX anos de LAEL. PUC-SP.

_____ (no prelo 2). "O significado e sua gênese: algumas anotações avulsas". A sair em *Estudos Lingüísticos* XX.

RORTY, R. (1980). *Philosophy and the Mirror of Nature*. Princeton: Princeton University Press.

_____ (1982). *Consequences of Pragmaticism*. Minneapolis.

RUBY, C. (1990). *Le Champ de Bataille*. Paris: Editions L'Harmattan.

SEARLE, J.R. (1968). "Austin on locutionary and illocutionary acts". Em I. Berlin (Org.) (1973). Pp. 141-159.

_____ (1969). *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.

SEARLE, J.R.; F. KIEFER e M. BIERWISCH (1980). *Speech Act Theory and Pragmatics*. Dordrecht, Holland: D. Reidel.

SEARLE, J.R. e D. VANDERVEKEN (1985). *Foundations of Illocutionary Logic*. Cambridge: Cambridge University Press.

SOUZA FILHO, D.M. de (1983). "Faltando à Verdade". *Manuscrito*. Vol. VI, nº 2. Pp. 63-74.

_____ (1984). *Language and Action: a Reassessment of Speech Act Theory*. Amsterdam: John Benjamins.

WARNOCK, G. J. (1963). "Tradução de Austin: 'Perform-

atif-Constatif'." Em C.E.Caton (Org.) (1963). *Philosophy and Ordinary Language*. Urbana: University of Illinois Press.

WARNOCK, G. J. (1969). "John Langshaw Austin: a biographical sketch". Em K.T.Fann (Org.). Pp. 3-21.

WITTGENSTEIN, L. (1953). *Philosophical Papers*. Oxford: Basil Blackwell.